IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

LUZ, CÂMERA E DIVERSIDADE: DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE A PARTIR DO CINEMA NO INSTITUTO FEDERAL

Eixo Temático 02 – A temática de gênero e sexualidades no cotidiano dos Institutos Federais de Educação: intervenções e deslocamentos

Lucas Amaral de Pádua [1]
Gyzely Suely Lima [2]

RESUMO

Este estudo consiste na experiência vivida por uma professora e um psicólogo que se propuseram a fomentar conversas sobre diversidade de gênero e sexualidade em uma disciplina específica ministrada no 3º trimestre letivo de 2024. A metodologia pedagógica utilizada apoiou-se no cinema como linguagem artística mediadora do processo de ensino e aprendizagem, acompanhado da leitura de textos acadêmicos para fomentar o debate. Nessa perspectiva, foram trabalhados os filmes: Close (2022), Valentina (2020), Tomboy (2011) e Uma Mulher Fantástica (2017). Refletimos sobre como o cinema pode ser um importante recurso pedagógico para sensibilização dos estudantes sobre o lugar social de pessoas *queer*, bem como os adolescentes podem identificar e lidar com as atitudes preconceituosas na escola.

Palavras-chave: Diversidade, Gênero, Sexualidade, Cinema, LGBTQIAPN+.

LUZ

Este relato consiste em uma experiência de curricularização do debate sobre diversidade de gênero e sexualidade com estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em um *campus* do Instituto Federal, na Unidade Curricular Politécnica

[1] Mestrando do Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, lucas.padua@ufu.br;
[2] Doutora em Estudos Linguísticos, Docente no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM, gyzely@iftm.edu.br.

(UCP) intitulada "Experiências de Leitura: diversidade de gênero e sexualidade no cinema" desenvolvida ao longo do 3º trimestre de 2024.

Nesse contexto escolar, vale ressaltar que a legislação educacional brasileira propõe que a temática de gênero e sexualidade seja abordada na educação básica. O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005 de 2014, apresenta como diretriz para a educação nacional a promoção de cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação.

A despeito das exigências legais e normativas, a educação em gênero no Brasil tornou-se alvo de inúmeras polêmicas nos últimos anos. Em 2022 a *Human Rights Watch* (HRW), publicou um relatório demonstrando que, desde 2014, legisladores brasileiros apresentaram mais de 200 projetos de lei para proibir discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas sob a alegação de doutrinação e de ideologia de gênero. Em 2023, a Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG sancionou a Lei nº 14.004, que vedava a institucionalização de conteúdo curricular e orientação pedagógica que disseminasse ideologia de gênero nas escolas. No entanto, em 2025, uma decisão judicial sentenciou a Prefeitura ao pagamento de R$100 mil em virtude da inconstitucionalidade desta lei.

A ideologia de gênero, de acordo com Junqueira (2018), é um dispositivo retórico reacionário, que se utiliza de polêmicas, ridicularizações e ameaças para provocar um pânico moral contra grupos vulneráveis, acusando a escola de doutrinação. No campo acadêmico, é necessário ampliar a produção científica para desmontar esses esquemas discursivos conservadores.

Buscando produzir práticas pedagógicas capazes de desestabilizar os discursos conservadores sobre gênero, elegemos o cinema para mediar esse processo de ensino e aprendizagem. O audiovisual, conforme Leite e Lopes (2017), é um mecanismo de produção de significados e representações sociais, capaz de trazer em sua narrativa a cristalização ou o questionamento da realidade. Escolhemos filmes que questionam a

realidade contemporânea: Close (2022)[3], Valentina (2020)[4], Tomboy (2011)[5] e Uma Mulher Fantástica (2017)[6].

Por meio dessas obras cinematográficas e fundamentados na teoria *queer* refletimos com os estudantes sobre a reprodução de sexismo e homofobia nas práticas educativas, o cuidado e proteção das crianças *queer* e quais os corpos que importam em nossa sociedade. Focamos a luz forte do holofote nessas questões, conversando sobre a rotina desses adolescentes.

Segundo Louro (1997) a escola constrói cotidianamente as diferenças de gênero e sexualidade, por meio de currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação, que produzem e reproduzem sexismo e homofobia. Para a autora, "é indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem" (p. 64). Nesse sentido, almejamos esta desconstrução curricular, normativa e procedimental do ensino intervindo nos nossos próprios modos de ensinar: ao ouvir mais do que falar, ao estimular a conversa entre os pares mais do que clamar pelo silêncio, ao questionar o sentido pessoal mais do que a compreensão racional dos conteúdos e estimular a expressão de sentimentos mais do que o exercício mecânico da razão.

Os corpos das crianças, para Preciado (2013), são alvo de intervenção da biopolítica para garantir a normalização do adulto. Segundo o autor, "a polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais" (p. 71). Atuando na escola, a polícia de gênero exige qualidades diferentes dos meninos e das meninas, contribuindo para reforçar a norma padrão heterossexual. Essa matriz não legitima a existência de determinados corpos, que segundo Butler (2019), tornam-se abjetos. Em suas palavras:

> O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "não-vivíveis" e "inabitáveis" da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do "inabitável" é necessário para circunscrever o domínio do sujeito (p. 22).

---

[3] Close, 2022, Lukas Dhont.
[4] Valentina, 2020, Cássio Pereira dos Santos.
[5] Tomboy, 2011, Céline Sciamma.
[6] Uma Mulher Fantástica, 2017, Sebastián Lelio.

Na sala de aula, tencionamos as próprias relações interpessoais dos estudantes na escola, procurando mostrar como cotidianamente reiteramos o lugar de não-sujeito de determinados corpos na escola. Desejando não sermos professores-policiais de gênero, tentamos disputar a teia de relações de poder da escola, criando um espaço de negociação do poder com os adolescentes para que eles tivessem protagonismo no desmantelamento das normas escolares de gênero que excluem os corpos que não importam. Neste estudo, conseguimos refletir sobre como o cinema pode ser um importante recurso pedagógico para sensibilização dos estudantes sobre o lugar social de pessoas *queer*, bem como sobre a curricularização do debate sobre diversidade sexual e de gênero pode possibilitar que os adolescentes identifiquem atitudes preconceituosas no ambiente escolar. Percebemos que o respeito com a vivência pessoal dos estudantes possibilitou que a sala de aula se tornasse um espaço seguro para acolhimento e compartilhamento de angústias.

CÂMERA

A metodologia utilizada consiste na pesquisa-ação que, conforme Franco (2020), possui como foco principal "dar sentido às práticas docentes e buscar a participação de alunos nos processos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que, focaliza a produção de conhecimentos sobre a prática pedagógica de ensinar" (p. 368). Portanto, a partir da exibição de filmes, aulas dialogadas, apresentações orais e produções escritas buscamos atribuir sentido e produzir conhecimentos sobre nossa prática pedagógica.

De acordo com o Projeto Pedagógico dos cursos, contexto desta pesquisa, a UCP é um componente curricular elaborado por diferentes áreas do conhecimento, seja do núcleo básico ou do técnico, construída de forma interdisciplinar, transdisciplinar, multietária e multicurso, sendo que a participação do estudante se dá pelo seu interesse na temática. Nossa prática pedagógica é fruto de um diálogo entre as áreas de Linguagens e Psicologia, com estudantes dos cursos técnicos em Comércio, Desenvolvimento de Sistemas e Programação de Jogos Digitais integrados ao Ensino Médio, na faixa etária de 14 a 17 anos.

A mediação e a intervenção cultural, que visam mobilizar conhecimentos científicos para interpretar e intervir nos problemas da instituição e da comunidade, são

fundamentos das UCPs. Desse modo, buscamos aprofundar o estudo sobre diversidade de gênero e sexualidade no cinema, por meio da exibição de filmes relacionados às temáticas de masculinidade, feminilidade, transgeneridade e sexualidade. Vale ressaltar que a proposição desta temática está alinhada às ações do Núcleo de Estudos de Diversidade, Sexualidade e Gênero (Nedseg) implementado desde 2021 na instituição.

DIVERSIDADE

Apresentamos aos estudantes a proposta da UCP justificada como uma ação que visa contribuir para superar os desafios para o cumprimento objetivo 5 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), de modo a "considerar gênero e suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade" (IPEA, 2024, p. 18). Mediamos a aula com o conceito de interseccionalidade como uma ferramenta analítica capaz de fornecer uma estrutura para explicar como diferentes categorias sociais posicionam as pessoas de maneiras diferentes no mundo (Collins e Bilge, 2020).

Nas primeiras aulas, apresentamos aos estudantes a produção do cineasta Pedro Almodóvar, uma vez que seus filmes abordam temas como desejo, paixão, família e identidade. Exibimos a famosa cena do clássico Tudo sobre minha mãe (1999)[7], em que a travesti Agrado fala para uma plateia na ocasião do cancelamento de um espetáculo. Ela diz: "Sai muito caro ser autêntica, e, nestas coisas, não se deve ser avarenta. Porque nós ficamos mais autênticas quanto mais nós nos parecemos com o que sonhamos que somos". Nesse ensejo, problematizamos a questão da autenticidade na perspectiva de Agrado. Ser autêntico é se parecer como aquilo que sonhamos que somos? Conversamos sobre identidade e autoconhecimento, abordando como os preconceitos e os julgamentos vivenciados na família, na escola e na sociedade, os quais podem impedi-los de ser como eles gostariam de ser.

Introduzimos a discussão sobre gênero e sexualidade a partir da leitura da crônica "Quem defende a criança *queer*?" do filósofo Preciado (2013), que nos convoca a refletir sobre "Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino

[7] Tudo sobre minha mãe, 1999, Pedro Almodóvar.

que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer*, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? (p. 70).

Uma estudante nos contou que na infância uma professora convocou seus pais para uma reunião para dizer que ela era lésbica, após verificar que amiga escrevera na capa de seu caderno "eu te amo". O carinho e o afeto da amiga foi motivo de afastamento de uma amizade ainda na infância.

Propusemos aos estudantes que ilustrassem o texto de Preciado (2013). Em uma folha deveriam escrever o título "Quem defende a criança *queer*?", com uma ilustração e uma frase explicativa. Destacamos algumas frases que expressam a compreensão dos estudantes para esta pergunta: "Ela se protege", "A função de proteger a criança é dos pais, independente de como ela seja", "Pessoas que lutam pela verdadeira infância", "A família que escuta, compreende, apoia e dá liberdade", "Aquele que ama e respeita", "Personagens fictícios e celebridades inalcançáveis". Chamou-nos a atenção a família ter sido uma resposta recorrente para a defesa da criança *queer*, de forma contrária à crítica de Preciado que aponta a família como uma instituição que falha na proteção da criança, frequentemente, protagonizando a violência. Entendemos que a concepção de família protetora é o ideal de muitos adolescentes, mesmo que esta não seja a sua realidade.

Na sequência, apresentamos Valentina (2020), que integrou a programação do evento acadêmico institucional do campus durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), e o filme Close (2022). Sobre o debate deste último filme, vale ressaltar a reflexão feita sobre o significado do termo *close*, que se refere à câmera invasiva e o fechamento emocional do personagem Remi, a dificuldade da experiência do luto e os obstáculos que a socialização masculina impõe na expressão emocional dos meninos. A partir dessa discussão, propusemos aos estudantes que ilustrassem o filme e elaborassem uma frase explicativa sobre o tema proposto: a fragilidade dos vínculos infantis.

Nesse contexto, debatemos sobre a importância das relações afetivas como forma de construir redes de apoio para as dificuldades da vida. Durante a conversa, falamos sobre quem seriam as pessoas com as quais eles podiam falar livremente sobre suas angústias. As respostas foram: com a psicóloga, com os pais, com estranhos na internet

e, por último, com os amigos. Percebemos uma adolescência solitária, separada do mundo adulto por um abismo comunicacional, patologizada e em busca de reconhecimento em redes de relações virtuais. Retomamos o questionamento de Preciado, mas em uma nova fase da vida: "Quem defende a adolescência *queer*?"

Na aula seguinte, exibimos o filme Tomboy (2011) e, após o debate, propusemos a escrita de uma resenha. De modo geral os estudantes acharam o filme bom, mas com final que deixa a desejar, por ser confuso e muito aberto. Muitos sentiram-se desconfortáveis e agoniados com algumas cenas. O entendimento acerca do filme foi o modo com que ele retrata a realidade dura do preconceito vivido pela infância que não atende às expectativas de gênero de forma crua e sensível, abordando as descobertas pessoais de identidade e sexualidade e propiciando um olhar empático sobre as crianças. Houve a compreensão de que quem defende a criança *queer* no filme é a irmã mais nova da personagem principal. Por fim, recomendaram que toda escola e todas as pessoas deveriam assistir ao filme.

Ao exibir o filme Uma Mulher Fantástica (2017), seguimos a mesma dinâmica de debate e elaboração de resenha. Os estudantes relataram sentir raiva, empatia, desconforto, fé, revolta, dor, aflição, impotência e angústia. Entenderam que a protagonista não tinha tempo de vivenciar o luto e processar a morte de seu companheiro, porque tinha que se proteger de ataques transfóbicos e lutar para ter o direito de processar o sofrimento que tinha naquele momento. Compreenderam que o filme retrata a luta de uma mulher trans por respeito e reconhecimento de sua identidade e como as pessoas trans perdem direitos básicos devido ao preconceito. Perceberam que muitas vezes o preconceito está nos detalhes. Entenderam que o filme ajuda a ter consciência dos atos ruins, colocando o espectador na pele da personagem e produzindo a certeza de que precisamos de um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato nos leva a algumas considerações sobre nossa experiência, das quais destacamos as nossas potencialidades, limitações e esperanças. As nossas potencialidades tocam na possibilidade de desmontar esquemas discursivos

conservadores, no cinema enquanto mobilizador do reconhecimento da alteridade e do *close* na adolescência diante de nós.

Abordar a diversidade de gênero e sexualidade no currículo permitiu desmontar, junto aos estudantes, esquemas discursivos conservadores que tornaram o estudo sobre gênero e sexualidade na escola como uma ameaça mediante o fantasma da ideologia de gênero. Em nosso entendimento, tal fantasma parece assombrar mais os adultos do que os adolescentes, que se mostraram, em sua maioria, dispostos a debater tais questões sem o filtro da possível censura familiar.

Na perspectiva da diversidade de gênero e sexualidade, a escolha por filmes que questionam a realidade permitiu exercitar a empatia dos adolescentes, que por meio de narrativas que mostram a dura realidade de pessoas *queer,* puderam perceber o mundo para além de suas vivências imediatas, entender como a homofobia e transfobia provocam sofrimento em pessoas LGBT+ e, também, se perceberem como reprodutores de preconceitos sexistas e homofóbicos em suas relações familiares e escolares.

Nesse sentido, a exibição dos filmes propiciou que os estudantes pudessem apreciar obras cinematográficas disponíveis em plataformas de *streaming* populares entre eles, mas que não seriam facilmente escolhidas nos catálogos a partir de seu interesse pessoal, mostrando o importante papel da escola na ampliação das experiências de leituras e referências de mundo para os estudantes.

Entendemos que o diálogo com os estudantes de modo a respeitar as suas vivências pessoais tornou a sala de aula um espaço seguro para acolhimento e compartilhamento de angústias e, também, nos mostrou um retrato de uma adolescência desamparada, carente de cuidado e proteção dos adultos, que ao reproduzirem preconceitos e julgamentos de seus filhos/alunos, acabam os tornando incapazes de perceberem a singularidade de ser jovem e a potência transformadora da juventude.

Reconhecemos que nossas limitações se deparam com a pouca abrangência da discussão entre os estudantes da instituição e a falta de garantia na oferta sistemática deste conteúdo. A curricularização do debate sobre diversidade de gênero e sexualidade conforme aqui relatada, tem como limite o fato de que tal debate está condicionado ao interesse dos estudantes em acessá-lo ao escolherem cursar esta disciplina específica. Ademais, a oferta desse conteúdo está vinculada em UCPs temáticas, oferecidas

trimestralmente de forma facultativa, dependendo da disponibilidade do professor e de sua afinidade com o tema, o que pode levar a negligência deste conteúdo nas disciplinas do núcleo obrigatório, como tema transversal.

Esperamos que o compartilhamento dessa experiência possa mobilizar a consolidação da oferta desse conteúdo na educação tecnológica e inspirar a produção de outras práticas pedagógicas que tenham como conteúdo a diversidade de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre aprovação do Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Edição Extra, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/584816. Acesso em: 14 abr 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRANCO, M. A. S. Pesquisa-ação: lembretes de princípios e de práticas. **REVISTA ELETRÔNICA ESQUISEDUCA**, 11(25), 358–370. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2021**. Estados Unidos da América. 2021. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/brazil#a089a4. Acesso em: 30 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para

o Brasil: ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 5).
DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS5

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít**., São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201800030000 04&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LEITE, F. L. L.; LOPES, J. S. M. Cinema na Educação: um olhar a partir da categoria gênero. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, p.p.100–123, 12 Jan 2018. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8202. Acesso em: 16 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6a ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 2013.